

OS PROBLEMAS ATUAIS DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO BRASIL *

(Antropologia Social e Cultural)

Eunice R. Durham

(Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

PEQUENO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA NO BRASIL (1940 - 1970)

A compreensão dos problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil precisa de um quadro de referência sumário que envolve, de um lado, uma pequena análise do desenvolvimento da Antropologia no país e, de outro, uma exposição das linhas gerais dos condicionantes econômicos políticos e institucionais que orientam e limitam as investigações.

O período de quinze anos que se sucedeu ao final da 2ª Guerra Mundial foi caracterizado, no Brasil, por um regime político democrático que sucedeu a ditadura de Vargas e precedeu o golpe militar de 1964. Foi uma época de desenvolvimento econômico e de grandes transformações sociais provocadas pela aceleração da industrialização e da urbanização. Foi também uma época de desenvolvimento das ciências e de sua vinculação cada vez mais estreita com as universidades e a vida acadêmica.

A Antropologia, que tem uma longa tradição anterior, participou desse processo e os antropólogos dessa nova geração se distinguiram por uma formação mais sistemática e mais acadêmica. Eram, entretanto, poucos e dispersos. Os centros onde se desenvolviam as pesquisas antropológicas, basicamente, as universidades e os Museus, congregavam, cada um, menos de meia dúzia de investigadores. Os principais eram localizados em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Belém e no Recife.

Mas, se eram poucos, exerceram influência e condicionaram todo o desenvolvimento posterior da Antropologia. Isso porque é nessa época

(*) — Este trabalho foi apresentado inicialmente como comunicação do *Latin American Study Group*, durante a reunião anual da American Anthropological Association, realizado em Washington, em dezembro de 1980.

que se institucionalizou o ensino da Antropologia como disciplina independente nas recém-criadas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e foi essa geração que definiu o que passaria a ser a formação de pesquisadores em Antropologia no Brasil. De todos esses centros, o mais dinâmico foi provavelmente o grupo de São Paulo, onde a concentração de três instituições independentes (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Sociologia e Política e o Museu Paulista) e a vinculação de duas delas com o ensino universitário a nível de pós-graduação permitiu a mobilização de alunos na prática da pesquisa, procedimento então inovador no Brasil, multiplicando os recursos humanos utilizados nas investigações. Além do mais, a comunicação entre as instituições favoreceu um clima de debate intelectual e de competição que estabeleceu padrões qualitativos novos para a pesquisa e para a reflexão teórica.

Tanto em São Paulo como nos demais lugares, a renovação dos estudos antropológicos se beneficiou enormemente da colaboração de sociólogos e antropólogos estrangeiros, principalmente franceses e americanos que, ou estabeleceram longa residência no Brasil, ou mantiveram contato intermitente por longos períodos de tempo como Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss, Donald Pierson, Roger Bastide e Charles Wagley. Já nessa colaboração se evidencia uma característica importante da Antropologia da época: sua estreita vinculação com a Sociologia. Na verdade, nesse período, é muito difícil distinguir nitidamente entre sociólogos e antropólogos, pois eles compartilham uma mesma linha teórica, tendem a abordar os mesmos temas e mudam freqüentemente de uma disciplina para outra. A grande comunicação entre essas duas disciplinas se deu sob a égide do funcionalismo, quer na sua versão francesa, inspirada em Durkheim e Mauss, quer na sua versão anglo-americano, com Malinowski e Radcliffe-Brown de um lado, os discípulos de Boas de outro.

É sob essa influência que se cristalizam certas linhas de investigação inovadoras. Em primeiro lugar, os "estudos de comunidade", introduzidos por antropólogos e sociólogos americanos, através dos quais se conseguiu, pela primeira vez, realizar um conjunto de investigações que cobriram a maior parte das regiões brasileiras e que forneceram elementos para uma visão de conjunto da sociedade tradicional que estava sendo rapidamente transformada pela industrialização em curso. Os estudos sobre religiões africanas, de longa tradição no Brasil, prosseguiram no bojo de novas preocupações que diziam respeito à situação do negro e à análise do preconceito racial. Na mesma linha de interesse pelas minorias étnicas, desenvolveram-se estudos sobre a imigração estrangeira que havia sido muito importante no Sul e no Sudeste do país. Ao lado desses trabalhos inovadores, prosseguiram as investigações mais tradicionais sobre folclore, realizadas, em sua maioria, por pesquisadores isolados e autodidatas.

A verdade é que o grande impulso da Antropologia dessa época está muito mais relacionado ao estudo da sociedade nacional do que ao das culturas indígenas. Entretanto, é importante notar que nem a Antropologia nem a Sociologia estavam preocupadas em investigar as grandes transformações sociais em curso. Ao contrário, preocuparam-se ambas com as bases sobre as quais a transformação estava operando, isto é, a sociedade rural tradicional, a população negra e seu passado escravo, a imigração estrangeira do século anterior.

Os trabalhos sobre populações indígenas estiveram mais ligados ao reduzido contingente de antropólogos dos Museus (do Índio, Nacional, Paulista, Goeldi) e, embora se beneficiassem da abordagem inovadora introduzida pelo funcionalismo, não encontraram recursos humanos e financeiros para pesquisas de campo mais prolongadas e demoradas. Além de pequenas monografias sobre aspectos isolados da cultura tribal, a grande tarefa foi empreendida pelo Museu do Índio, de criação então recente, onde se realizou, com Darcy Ribeiro, o levantamento e uma das primeiras tentativas globais de análise da situação do índio no Brasil, exemplificada no trabalho *Convívio e Contaminação*.

No conjunto, pode-se dizer que, nessa época, os antropólogos, embora constituíssem uma pequena minoria, apresentaram uma produção inovadora e se articularam estreitamente com os sociólogos no estudo da sociedade brasileira em seu conjunto.

No final da década de 50 iniciaram-se transformações significativas nesse clima intelectual que acompanharam modificações importantes no cenário político. Cresceu a agitação política e a pressão por reformas que marca toda a década posterior.

A Sociologia abandonou os temas que vinha pesquisando com os antropólogos e passou a se preocupar com as transformações que a sociedade vinha sofrendo no processo de industrialização capitalista em curso. Nesse movimento, orientou-se cada vez mais para o marxismo, aproximando-se da Ciência Política.

Nessa época de crescente mobilização política, a Sociologia e a Ciência Política, voltadas cada vez mais para uma crítica do sistema capitalista e do modelo de desenvolvimento em implantação no país, adquiriram enorme prestígio no movimento de contestação à ordem vigente que permeou toda a vida intelectual.

A Antropologia ficou um pouco à margem dessas novas inquietações e alheia ao discurso dominante nos meios acadêmicos, que manipulava conceitos como capitalismo, burguesia, proletariado, alienação, luta de classes. Sem instrumentos teóricos que lhe permitessem substituir o funcionalismo na reflexão sobre as questões políticas e sociais que polari-

zavam todas as atenções, a Antropologia foi adquirindo uma imagem de ciência marginal e conservadora, desde que inadequada para contribuir para o conhecimento e a transformação da realidade econômica e política do país.

O golpe militar de 64 e a repressão política que o seguiu não destruiu esse clima intelectual. O movimento estudantil tomou as bandeiras das reformas de base e o final da década, extremamente conturbado, presenciou a vitória do regime político vigente com a proclamação do AI5, em 1969. Estabeleceu-se então no país o terrorismo cultural que acompanhou o processo de violenta repressão política e liquidou os movimentos organizados de esquerda. Os intelectuais mais brilhantes do país foram presos, exilados ou, se em liberdade, proibidos de lecionar. A censura abrangeu todos os meios de comunicação. A pesquisa de qualquer tema que possuísse qualquer implicação de natureza política se tornou muito difícil, tanto pelo controle dos financiamentos como pela ameaça direta de repressão policial. Os grandes centros de pesquisa sociológica e de ciência política foram praticamente desmantelados nesse processo, com o afastamento de sua liderança intelectual. Apenas em 1975 esse clima começou a se alterar novamente.

Em todo esse período, a Antropologia foi muito menos atingida. E, embora menos visível no ambiente intelectual, por não estar engajada nos temas mais candentes, sofreu mudanças bastante profundas.

Significativamente, os trabalhos mais importantes da década de 60 foram os relativos aos estudos indígenas e tiveram como foco um novo programa de pós-graduação criado no Museu Nacional. Também neste caso se demonstra a importância de uma colaboração sistemática com instituições e pesquisadores estrangeiros. A associação do Museu com o *Central Brazil Research Project*, da Universidade de Harvard, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de investigações sobre as sociedades Jê, reunindo antropólogos americanos e brasileiros, estabelecendo novos padrões de trabalho de campo e novos mecanismos de obtenção de recursos financeiros.

Ao mesmo tempo, também no Museu Nacional, estabeleceu-se uma nova tentativa de investigação sistemática e de reflexão teórica sobre a situação de contato entre brancos e índios.

Em toda a década de 60 e em todo os centros de investigação deu-se um trabalho gradual de renovação teórica, sob a influência crescente do estruturalismo, que passou a inspirar também novas tendências de estudo das populações urbanas e rurais.

Todas essas iniciativas, que se processaram um pouco ocultas pela agitação política dos anos 60 e pela dominância do marxismo, viriam a frutificar na década subsequente.

A ANTROPOLOGIA RECENTE: A DÉCADA DE 70

Um conjunto de fatores contribuiu para que a Antropologia adquirisse um novo prestígio e uma importância nas Ciências Sociais Brasileiras na década de 70.

Em primeiro lugar, a Antropologia, voltada para temas menos diretamente políticos que as demais ciências sociais, foi menos atingida pela repressão política do início desse período e tendeu inclusive a se beneficiar dos vazios criados nesse terrível processo. Em segundo lugar, a grande atração então exercida pelo estruturalismo sobre a intelectualidade brasileira aumentou o prestígio científico da Antropologia nos meios acadêmicos. Finalmente, é importante apontar a ampliação do mercado de trabalho dos antropólogos que foi criada pela expansão do ensino universitário. O Brasil ingressou então num período de prosperidade econômica e o regime tendeu a satisfazer reivindicações dos estratos médios da população. Fazia parte dessa orientação a ampliação da rede de ensino de nível superior. Na década de 70, a população de estudantes universitários triplicou de tamanho. Ao lado de escolas privadas, de cunho nitidamente empresarial, destinadas a obter lucros através do fornecimento de diplomas e onde não se faz pesquisa, houve uma grande expansão da rede de universidades federais, criando um amplo mercado de trabalho para os jovens antropólogos. Nas universidades do Estado, a exigência de obtenção de títulos acadêmicos para a permanência e o progresso na carreira docente, por outro lado, provocou a expansão dos cursos de pós-graduação nos centros mais tradicionais e melhor aparelhados, multiplicando as pesquisas.

Além do mais, no bojo desse crescimento econômico do país, aumentaram as facilidades de obtenção de financiamento, especialmente no setor dos órgãos de incentivo à pesquisa e à formação de cientistas e docentes de nível superior como a FAPESP, o CNPq, a FINEP e a CAPES. Ao lado desses, há ainda que salientar o papel das fundações privadas, especialmente estrangeiras, como a Fundação Ford, cujos mecanismos de financiamento permitiram, no auge do fechamento político e da perseguição ideológica, a sobrevivência intelectual de pesquisadores perseguidos politicamente e a continuação de algumas linhas de investigação um pouco mais críticas da realidade brasileira.

É verdade que, nesse *boom* dos anos 70, nem tudo foi positivo. Em primeiro lugar, porque a multiplicação das pesquisas por candidatos ao mestrado ou ao doutoramento nem sempre correspondeu à manutenção do nível desejado de qualidade dos trabalhos. Em segundo lugar, porque a explosão da demanda por títulos acadêmicos não pode ser canalizada, na maior parte das instituições que possuíam cursos de pós-graduação, para projetos de maior envergadura. Ao contrário, essa

demanda constituiu uma pressão adicional no sentido de manter um padrão tradicional e individual de pesquisa, já ultrapassado. Em terceiro lugar, porque a improvisação de cursos e de departamentos nas universidades novas ou em expansão se fez necessariamente com pessoal inexperiente que encontrou imensas dificuldades em se constituir como centro de produção integrado de pesquisa de boa qualidade.

De qualquer modo, é verdade que se ampliou a produção científica de melhor nível e surgiram novos centros bem aparelhados que estão se constituindo como pólos dinâmicos de reflexão antropológica. Aos núcleos mais antigos da USP e do Museu Nacional, somaram-se os da UNICAMP e da Universidade de Brasília. O grupo da Bahia se expandiu e o Museu Goeldi, depois de um período de estagnação começou a se reorganizar. Grupos menores se constituíram nas universidades federais de Santa Catarina e Paraná.

Em todos os lugares, ao lado das pesquisas sobre a população indígena, multiplicaram-se as investigações sobre a sociedade nacional. No que diz respeito aos estudos indígenas, a década se caracterizou pela ampliação e frutificação das iniciativas do período anterior. Ao mesmo tempo que se iniciou a publicação dos resultados das pesquisas já elaboradas, ampliou-se a área de investigação. Continuou o grande projeto Jê, há inúmeros trabalhos sobre as tribos do Xingu, uma tentativa de generalização sobre os grupos Tupi, além dos trabalhos mais independentes com um número crescente de grupos do Brasil Central, do Pólo Noroeste, da Amazônia e mesmo do Sul do Brasil. A grande ênfase continuou a ser a análise da organização social através de suas manifestações simbólicas mítico-rituais. A inovação maior residiu num pequeno conjunto de tentativas de projetos de desenvolvimento comunitário, em colaboração com a FUNAI, no sentido de promover a autonomia econômica e social dos grupos indígenas.

A grande inovação desse período residiu num conjunto de projetos de desenvolvimento comunitário, elaborados em colaboração com a FUNAI, num dos raros momentos de abertura desse órgão. Projetados de modo a estimular a participação indígena na resolução de seus problemas e promover a autonomia econômica dos grupos, esbarraram todos com interesses e práticas estabelecidas da própria FUNAI, e entraram em conflito com interesses regionais poderosos. Apesar do sucesso inicial, foram desativados após curto período, num processo doloroso de boicote burocrático e de acusações pessoais. A iniciativa dessa Antropologia da Ação prosseguiu em outras linhas, através da fundação de associações civis de apoio ao índio e de trabalho indigenista. Esse tipo de organização para a ação política por parte dos antropólogos tem como contrapartida a organização dos índios em entidades próprias, num movimento realmente inovador no quadro da transformação das sociedades indígenas.

Na área das pesquisas sobre a sociedade nacional, cujo volume é muito maior, nota-se nítida preferência por temas mais políticos, com a preocupação de estudar os grupos socialmente desprivilegiados, econômica e politicamente oprimidos, assim como os movimentos sociais de protesto dessa população: favelados dos grandes centros urbanos, trabalhadores assalariados ou por conta própria das regiões mais pobres do Brasil, operários dos grandes centros urbanos. Paralelamente, desenvolvem-se alguns trabalhos sobre setores das classes médias urbanas e sobre as grandes festas populares, sagradas ou profanas. No desenvolvimento desses temas, delineia-se um campo de diálogo mais imediato e direto com a Sociologia e as demais ciências sociais.

OS PROBLEMAS ATUAIS DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

É dentro desse quadro geral do desenvolvimento dos estudos antropológicos no Brasil que convém analisar os problemas de pesquisa e os entraves à investigação tal como se colocam hoje em dia.

O diagnóstico desses problemas corresponde, grosso modo, ao balanço crítico do que ocorreu nos anos 70, acrescido de um novo dado conjuntural: o fim da prosperidade e o início de uma crise econômica muito grave que está restringindo de modo crescente os financiamentos para a pesquisa. Nesse balanço, convém distinguir os problemas teórico-metodológicos, de um lado, e as questões político-econômico-institucionais, de outro.

No que diz respeito ao primeiro tipo de problema, há que analisar a exaustão da orientação estruturalista ou, pelo menos, a tentativa de superar suas limitações.

Essas questões se colocam de modo mais imediato e mais claro nas pesquisas sobre a sociedade nacional. A metodologia estruturalista demonstrou a importância e abriu a possibilidade de um estudo muito mais rico sobre as dimensões simbólicas da realidade social. Os estudos sobre a sociedade nacional, embora dispersos em uma grande multiplicidade de temas (organização familiar, parentesco, relações de trabalho, movimentos sociais, sexualidade, festas populares, participação política) têm em comum a ênfase no sistema de representação que dá forma e significado à prática social. Nesse sentido, todos eles são tributários do estruturalismo. Entretanto, o que o estruturalismo não fornece e o que se está buscando é uma forma de inserir esse tipo de estudo numa análise das implicações políticas desses aspectos da realidade social, dentro de uma reflexão sobre as transformações que estão ocorrendo na sociedade em seu conjunto. Assim, todo o estudo desses setores desfavorecidos da população brasileira não pode ignorar a natureza do processo de concentração de renda e de pauperização que tem acompanhado o desenvolvimento econômico do Brasil. De outro lado, é impossível desconsiderar os fenômenos de

repressão política e a luta por um espaço de reivindicação autônoma que marcam profundamente a vida dessas populações. O estruturalismo demonstrou à sociedade a importância da dimensão simbólica da realidade social, sem entretanto incorporá-la a uma análise dos conflitos, dos movimentos sociais de contestação e da dinâmica de transformação dos Estados Nacionais contemporâneos. Nesse sentido é que o marxismo, extremamente valorizado na tradição da sociologia brasileira, começou a exercer uma fascinação crescente sobre os antropólogos. Entretanto, o marxismo, voltado para uma visão macro-estrutural centrada nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas, tendeu a reduzir a dimensão simbólica a reflexos supra-estruturais que não são em si explicativos dos conflitos e contradições que movem a sociedade. Mais ainda, tem-se revelado inadequado para analisar mesmo situações conjunturais, quanto mais peculiaridades sociais e culturais de segmentos específicos da população que constituem o grande campo de investigação dos antropólogos. Nessa tentativa de utilizar o marxismo, a Antropologia tem se revelado não apenas retardatária, mas inábil, contentando-se, muitas vezes, com uma projeção direta das grandes proposições relativas à luta de classes, à dominação ideológica, à exploração capitalista sobre os movimentos ou situações concretas de estudo: nessa projeção, as grandes explicações teóricas não são capazes de recuperar todas as ambigüidades, contradições e nuances reveladas pelo trabalho de campo. A teoria marxista é incapaz de explicar a complexidade, a ambigüidade e a riqueza dos fenômenos simbólicos que a análise antropológica revela. Além do mais, tendo em vista a generalidade e o simplismo da versão da teoria marxista com a qual os antropólogos em geral operam, a particularidade da análise empírica que realizam é irrelevante para as questões teóricas que colocaram de início. Desse modo, os trabalhos freqüentemente se movem em planos paralelos em que análise empírica e postulados teóricos jamais se confrontam. Por outro lado, a crítica da validade desses postulados gerais como elemento de integração da diversidade dos fenômenos estudados não tem produzido alternativas a não ser a fragmentação e dispersão das pesquisas na particularidade irreduzível de cada caso.

No campo da análise das populações tribais, o impasse é menos sentido. A descoberta de novas formas de organização social e a análise mais detalhada de suas manifestações simbólicas, como nos estudos recentes sobre a nominação, as representações sobre o corpo e a construção da pessoa têm renovado a teoria antropológica e produzido um conhecimento novo. É no campo das mudanças decorrentes do contato que o instrumental teórico tem se revelado inadequado. A transformação social e política inevitável tem produzido, recentemente, lideranças indígenas engajadas na defesa de seus direitos e em luta contra o Estado e os interesses adversos de segmentos da sociedade nacional. Esse processo de emergência de lideranças tem sido não apenas presenciado mas inclusive auxiliado e estimulado pelos antropólogos. Entretanto, essa atuação, que

implica num engajamento político, tem sido assumida não a partir da combinação de uma teoria que enforme a compreensão do processo de transformação decorrente da incorporação das sociedades tribais pela sociedade nacional, mas a partir de uma ideologia indigenista. Desse modo, os antropólogos envolvidos com as populações indígenas tendem também a se moverem em dois planos paralelos: um, da análise rica e sofisticada dos mecanismos tradicionais de organização social e de sua expressão simbólica; outro, do engajamento ideológico na defesa dessas populações, no ataque às políticas governamentais, sem instrumentos teóricos adequados para analisar e compreender a natureza do processo de transformação e as formas de influência e atuação da sociedade nacional e do Estado. Aqui também está sempre presente a tentação de utilizar um marxismo pouco sofisticado e muito geral, que apenas dá a aparência de cientificidade a uma atuação ideológica.

Na verdade, do ponto de vista teórico-metodológico, o grande problema da pesquisa antropológica no Brasil, atualmente, é a ausência de uma orientação que permita integrar os resultados das investigações numa interpretação mais global do que está ocorrendo na sociedade brasileira no seu conjunto. O que se manifesta é a dificuldade encontrada em combinar de modo coerente uma prática de pesquisa estruturalista com uma interpretação marxista.

As outras dificuldades concentram-se no nível econômico e político-institucional. Quando ao primeiro desses aspectos, é conveniente ressaltar que o estrangulamento das verbas de pesquisa, decorrente da crise econômica pode afetar seriamente os centros de investigação existentes. Na pesquisa científica, como todos sabemos, uma instituição leva anos para se construir, criando uma tradição de trabalho e de discussão intelectual, estabelecendo padrões de produção e formando pessoal qualificado. Uma crise aguda de recursos afasta o pessoal competente, interrompe o recrutamento de jovens que é indispensável à renovação da instituição e pode iniciar um processo de mediocrização que é, freqüentemente, irreversível.

Essa possibilidade é tanto mais grave porquanto se montou, nesses últimos anos, todo um mecanismo de financiamento de pesquisa que é extremamente vulnerável tanto a pressões econômicas como a interesses políticos do Estado.

Para se entender esse problema, é necessário dizer, em primeiro lugar, que as transformações por que passou o país nos últimos quinze anos se caracterizaram, no nível político, por um enorme crescimento do aparelho de Estado e a centralização de todo poder político e econômico na esfera federal. Todo esse processo se deu através da formação de uma imensa estrutura burocrática que regulamenta os mais diferentes setores da sociedade civil.

No ensino e na pesquisa, nota-se o mesmo fenômeno de dependência crescente em relação às burocracias federais. Em primeiro lugar porque grande parte da pesquisa se realiza em instituições de nível superior, a imensa maioria das quais é formada pelas Universidade Federais, diretamente mantidas e controladas pelo poder público. As universidades pagam o salário dos professores mas não têm, em geral, verbas específicas para pesquisa. O financiamento de projetos e, inclusive, a complementação salarial dos investigadores (que são, como professores, mal pagos) é feita através de agências financiadoras que são órgãos do próprio Estado (CNPq, CAPES, FINEP). Existem, é verdade, as fundações privadas na maioria estrangeiras, que também fornecem recursos. Mas, cada vez mais, são os recursos públicos que sustentam as instituições de pesquisa, instituindo mecanismos de controle que podem ser acionados de modos diversos.

A existência desses mecanismos deve nos alertar contra um excessivo otimismo que poderia decorrer do fato de que as restrições de natureza político-ideológica que se instauraram a partir de 64 e o verdadeiro terrorismo cultural característico do início da década de 70 terem sido, em grande parte, desativados. Até muito recentemente, todas as investigações com populações consideradas pelo órgão de segurança como suscetíveis a uma propaganda subversiva, estiveram sempre sob a ameaça de intervenção policial direta. Mas convém também não esquecer que ao lado desses instrumentos mais grosseiros de controle ideológico, a pesquisa foi também seriamente prejudicada pela censura sobre os temas e os pesquisadores que era feita pelos órgãos financiadores através do controle das verbas de pesquisa, de bolsas, de recursos para participar de congressos no exterior.

Esse controle ideológico, embora tenha abrandado, não desapareceu. Mais ainda, a própria natureza burocrática desses órgãos de financiamento favorece sua instrumentalidade para esse tipo de censura.

É interessante analisar um pouco as características dessas instituições burocráticas porque elas, de *per se*, independentemente de censura ideológica, constituem obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa.

Há uma tendência inerente a toda instituição desse tipo a estender sua área de influência e ampliar as exigências formais que constituem a base de seu poder. Essa ampliação é acompanhada de um crescimento hipertrofiado de toda infra-estrutura institucional em termos de número de funcionários, edifícios e equipamentos que freqüentemente absorvem mais recursos do que aqueles destinados a cumprir suas funções precípuas. Atinge-se freqüentemente um ponto em que toda a instituição passa a funcionar sobre si mesma e os fins sociais a que deveria atender são apenas instrumentos de sua sobrevivência e fortalecimento. Além

do enorme desvio de fundos públicos que isso representa, há ainda a considerar o enorme esforço que é despendido pela clientela no atendimento dos requisitos formais que a instituição exige a fim de prestar os serviços que são de sua obrigação.

Por outro lado, sob a aparente racionalidade das normas formais, existe todo um sistema de relações pessoais, de jogo de influências que torna as burocracias manipuláveis. Desse modo, os grandes projetos de pesquisa são freqüentemente negociados e os critérios científicos são apenas um elemento no julgamento das prioridades. Desse modo, toda a política de obtenção de verbas se torna freqüentemente uma atividade que envolve mais esforço do que a pesquisa propriamente dita.

Entretanto, o maior perigo das grandes instituições burocráticas é sua submissão às determinações legítimas ou ilegítimas dos detentores do poder e, portanto, sua instrumentalidade ao exercício do controle político-ideológico tanto quanto das influências pessoais que emanam das esferas superiores.

Não existem, pelo menos no Brasil, mecanismos de controle por parte da sociedade sobre as burocracias governamentais, cujos dirigentes são sempre nomeados pelo poder central e onde predomina um rígido sistema hierárquico de subordinação. No caso dos órgãos dedicados a estimular o desenvolvimento da pesquisa, ocorre o mesmo processo: os assessores científicos são sempre nomeados ou designados pela direção da instituição e a comunidade científica não tem mecanismos independentes de representação nem de influência na formulação da política científica. Assessores que gozem da confiança da comunidade acadêmica podem ser substituídos sem explicações por prepostos dos órgãos de confiança. Isso, aliás, tende a ocorrer sempre que a área de investigação passa a ser vista, pelo Estado, como de interesse para a segurança nacional.

Uma evolução recente e preocupante é a tendência a transformar a administração das universidades estatais em burocracias desse tipo, restringindo a autonomia universitária e a liberdade acadêmica.

No que diz respeito à Antropologia, se apresentam problemas específicos no setor de pesquisas sobre populações indígenas, que tendem a ser, cada vez mais, consideradas como assunto de segurança. Isto se dá por diferentes razões. Em primeiro lugar, porque a questão indígena, envolvendo o problema da posse de grandes áreas territoriais, afeta poderosos interesses econômicos privados: latifundiários, madeireiras, garimpeiros e companhias de mineração, agricultores sem terras e, especialmente, especuladores. Todos esses interesses, com exceção dos agricultores sem terra, estão representados politicamente no Estado que, aliás, tem se mostrado tradicionalmente dócil às pressões que emanam desses setores. Em segundo lugar, porque envolve interesses mais diretos do próprio Esta-

do, como os projetos hidroelétricos, explorações de minérios, a abertura de estradas, todos envolvendo também interesses privados. E, finalmente, porque se trata de uma área que sensibiliza a opinião pública mundial e pode prejudicar a imagem do país no exterior.

Por todos esses motivos, a FUNAI, cuja direção esteve frequentemente em mãos de militares, sofre hoje um processo de burocratização militar muito mais amplo, que abrange quase todos os escalões médios responsáveis pela atuação do órgão. O que tem ocorrido é o esvaziamento progressivo da FUNAI de civis interessados no problema indígena e, inclusive, da própria assessoria de antropólogos que, embora deficiente, sempre existiu no órgão. Hoje em dia, toda a política indígena está sendo formulada e implementada por militares sem nenhuma familiaridade com o problema do índio e sem nenhum treinamento antropológico. Do ponto de vista da população indígena, isso tem sido desastroso. Do ponto de vista da pesquisa, pode-se dizer o mesmo.

Com fundamento nessas considerações, pode-se afirmar que a Antropologia no Brasil, hoje, ao mesmo tempo em que encontra condições bastante favoráveis ao desenvolvimento quantitativo e qualificativo das pesquisas, esbarra em obstáculos teóricos e institucionais que não podem ser desprezados. É nossa tarefa, hoje, tentar superar essas dificuldades através tanto da reflexão quanto da atuação política esclarecida.

BIBLIOGRAFIA

- DURHAM, Eunice R. e CARDOSO, Ruth C. L. — “O ensino da Antropologia no Brasil”, *Revista de Antropologia*, vol. 9, nºs 1 e 2, junho e dezembro de 1961.
- FERNANDES, Florestan — *Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaio*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.
- FERNANDES, Florestan — *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1963.
- MELATTI, Julio Cesar — “A Etnologia das Populações Indígenas do Brasil nas duas últimas décadas”. Mimeograf., Brasília, s.d.
- Trans/form/ação: Revista de Filosofia*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, nºs 1 e 2 (entrevistas).